



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Colégio Recursal dos Juizados Especiais
Viaduto Dona Paulina, 80, 16º Andar - Sala 1607, Centro -
CEP 01501-020, Fone: (11) 3489-6524, São Paulo-SP

Processo nº: 1000647-98.2025.8.26.0390

Registro: 2025.0000161027

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível nº 100064798.2025.8.26.0390, da Comarca de Nova Granada, em que é recorrente -----, é recorrido -----.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 4ª Turma Recursal Cível do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Negaram provimento ao recurso, por V. U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Juizes MARCO AURELIO STRADIOTTO DE MORAES R. SAMPAIO - CR (Presidente) E MARCELO TSUNO.

São Paulo, 1º de setembro de 2025

Aparecido Cesar Machado

Relator

Assinatura Eletrônica

1000647-98.2025.8.26.0390

Recorrente: -----

Recorrido: -----

Voto nº 6485

CONSUMIDOR. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. CONTRATAÇÃO POR PESSOA JURÍDICA COM NÚMERO DIMINUTO DE BENEFICIÁRIOS, TODOS DA MESMA FAMÍLIA. HIPÓTESE DE "FALSO COLETIVO". INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Colégio Recursal dos Juizados Especiais
Viaduto Dona Paulina, 80, 16º Andar - Sala 1607, Centro -
CEP 01501-020, Fone: (11) 3489-6524, São Paulo-SP

Processo nº: 1000647-98.2025.8.26.0390

**DO CONSUMIDOR E DA REGULAMENTAÇÃO DA ANS
 PARA PLANOS INDIVIDUAIS/FAMILIARES.
 ABUSIVIDADE DO REAJUSTE ANUAL POR
 SINISTRALIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO
 CONFIGURADO. DESNECESSIDADE DE PROVA
 PERICIAL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS
 PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.**

Contra a r. sentença de fls. 543/545, que julgou procedentes os pedidos para declarar a nulidade dos reajustes de sinistralidade aplicados e condenar a operadora de plano de saúde à restituição dos valores cobrados a maior, aplicando-se os índices de reajuste da ANS para planos individuais, recorre a ré com alegação preliminar de cerceamento de defesa e a incompetência do Juizado Especial Cível, sob o argumento de que a matéria exigiria prova pericial complexa. No mérito, defende a legalidade dos reajustes aplicados, a natureza de plano coletivo empresarial e a impossibilidade de repetição do indébito em dobro.

Vieram as contrarrazões.

Em que pese a manifestação de fls. 604, tendo em vista o teor do voto, favorável ao oponente, encaminho a julgamento virtual.

O recurso não comporta provimento.

A sentença recorrida apreciou acertadamente o conjunto probatório, com igual acerto quanto às consequências jurídicas, de modo que merece confirmação por seus próprios fundamentos, a teor do que dispõe o art. 46 da Lei 9.099/95 e 716 das NSCGJ.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Colégio Recursal dos Juizados Especiais
Viaduto Dona Paulina, 80, 16º Andar - Sala 1607, Centro -
CEP 01501-020, Fone: (11) 3489-6524, São Paulo-SP

Processo nº: 1000647-98.2025.8.26.0390

As preliminares de cerceamento de defesa e incompetência do juízo não merecem prosperar.

O cerne da questão reside na natureza do contrato e na abusividade dos reajustes, e não em uma análise contábil-atuarial complexa, como tenta fazer crer a recorrente. A prova documental já carreada aos autos é suficiente para o deslinde da controvérsia.

A jurisprudência pátria, inclusive do Superior Tribunal de Justiça, já consolidou o entendimento de que a natureza de "falso coletivo" é aferida a partir de critérios objetivos, como o número reduzido de beneficiários e a contratação por uma pessoa jurídica, o que afasta a necessidade de complexa prova técnica. A simples constatação de que o plano foi contratado por uma empresa com poucos beneficiários, todos da mesma família, já é suficiente para enquadrá-lo como um contrato atípico, devendo ser tratado como plano individual ou familiar.

Nesse contexto, a solução da lide não demanda conhecimentos técnicos especializados. A análise é puramente jurídica, comparando-se os reajustes aplicados com os índices autorizados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para os planos individuais e familiares, de modo a coibir a prática abusiva. Assim, não há que se falar em cerceamento de defesa, tampouco em incompatibilidade da demanda com o rito dos Juizados Especiais.

No mérito, a r. sentença aplicou o entendimento correto e já pacificado nos tribunais sobre o tema.

O contrato de plano de saúde, apesar de formalmente



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Colégio Recursal dos Juizados Especiais
Viaduto Dona Paulina, 80, 16º Andar - Sala 1607, Centro -
CEP 01501-020, Fone: (11) 3489-6524, São Paulo-SP

Processo nº: 1000647-98.2025.8.26.0390

classificado como "coletivo empresarial", possui características que o desvirtuam dessa categoria. A contratação por uma pessoa jurídica com um número reduzido de beneficiários, todos eles familiares diretos, evidencia a ausência do mutualismo e do poder de negociação que justificariam a aplicação da legislação específica para planos coletivos.

Essa modalidade, amplamente reconhecida pela jurisprudência como "falso coletivo", tem por finalidade afastar a aplicação do Código de Defesa do Consumidor e da regulação da ANS, permitindo a prática de reajustes por sinistralidade, que são, em regra, mais onerosos para o consumidor.

A situação de vulnerabilidade do consumidor é patente. Diferentemente dos grandes contratos coletivos, onde o poder de barganha do estipulante permite a negociação de condições mais favoráveis, o consumidor em um "falso coletivo" fica à mercê da operadora, submetido a aumentos que não se justificam por um efetivo mutualismo ou sinistralidade de um grupo.

Desse modo, a decisão de primeiro grau agiu com acerto ao aplicar, por analogia, os índices de reajuste anuais definidos pela ANS para os planos individuais e familiares. Essa medida assegura o equilíbrio contratual e protege o consumidor de abusos. A tese da recorrente de que os reajustes foram legítimos e baseados em pool de risco para contratos com até 29 vidas não se sustenta diante da realidade fática do caso concreto, que demonstra o desvirtuamento do contrato. A finalidade protetiva do sistema de saúde suplementar deve prevalecer sobre a mera formalidade do contrato.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do E. Tribunal de Justiça de São Paulo é uníssona ao afastar a regra dos contratos coletivos em situações como a presente, como bem destacado na sentença de origem, para aplicar o controle de abusividade previsto no CDC e a limitação de reajustes pela ANS.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Colégio Recursal dos Juizados Especiais
Viaduto Dona Paulina, 80, 16º Andar - Sala 1607, Centro -
CEP 01501-020, Fone: (11) 3489-6524, São Paulo-SP

Processo nº: 1000647-98.2025.8.26.0390

Por fim, a condenação à restituição dos valores pagos a maior também é consequência lógica e legal da declaração de nulidade dos reajustes, não tendo havido determinação de pagamento em dobro como, equivocadamente, impugnado no recurso.

Diante do exposto, pelo meu voto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso. Em razão da sucumbência do recorrente vencido, condeno-o ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios arbitrados em 10% do valor da condenação.

Aparecido César Machado
Relator